CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE nº 0223/90

INTERESSADA: LUCIANA MARIA DE MORAIS JUNQUEIRA

ASSUNTO: Requer certificado de conclusão do Curso de 2º Grau - EESG "Leônidas do Amaral Vieiras"/Santa Cruz do Rio Pardo

Relator: Consº OCTÁVIO CÉSAR BORGHI

PARECER CEE Nº 307/90 APROVADO EM 11/04/1990.

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

1.1. Luciana Maria de Moraes Junqueira, tendo concluído, em 1989 a 3ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, na EESG "Leônidas do Amaral Vieira", em Santa Cruz do Rio Pardo, dirige-se diretamente a este Colegiado requerendo "seja determinada" à direção da referida Escola a expedição do certificado de conclusão da 3ª série do 2º grau, em caráter excepcional, tomando-a apta ao prosseguimento dos estudos em nível superior, alegando, em resumo que:

1.1.1 no final de 1986, quando aluna da 8ª série do 1º grau, por ocasião de reserva de matrículas para 1987, um funcionário de sua Escola explicou à classe que a Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério era um curso mais vantajoso, pois além da expedição de certificado de conclusão da 3ª série do 2º grau para fins de continuidade de estudos, estudando mais um ano o aluno receberia o diploma de Professor I, o que não aconteceria se cursasse apenas o Curso de 2º Grau;

1.1.2 por isso, optou pela matrícula na referida Habilitação, sendo que, em 1987, também cursou a 1ª série do 2º grau no período noturno;

1.1.3. em 1988, cursou somente a 2ª série da Habilitação de Magistério e, em 1989, a 3ª série da Habilitação e também a 2ª série do Curso de 2º Grau;

1.1.4 em 1990, prestou vestibular e, tendo sido classificada, requereu o certificado de conclusão da 3ª série o que foi indeferido pela direção da Escola, com base no disposto na Deliberação CEE 24/88 (sic);

1.1.5 não foi avisada em tempo hábil sobre mudança quanto à expedição de certificado e quanto à possibilidade de transferência de Curso com as devidas adaptações;

1.1.6 nas três séries da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério cursou 1.656 horas/aula na Parte Comum e 1.512 horas/aula na Parte Diversificada, num total de 3.168 horas/aula, superior à do Curso de 2º Grau, que é de 3096 horas/aula.

1.2 Afirma, ainda, em seu requerimento que na 4ª série da Habilitação não irá estudar matéria alguma da Parte Comum e que o Regimento Comum das Escolas Estaduais, em vigor, assegura o direito de receber o certificado para fins de prosseguimento de estudos ao final da 3ª série.

1.3 A requerente anexa ao expediente a grade curricular e o aproveitamento obtido na Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, declaração da Instituição "Toledo" de Ensino no sentido de que a mesma foi classificada em 81º lugar no vestibular para o Curso de Direito, bem como históricos escolares de outra aluna que cursou o Ensino de 2º Grau - Inciso III, para fins de comparação.

1.4 Junta, também, declarações do Diretor da EEPG "Sinharinha Camarinha", onde cursou o 1º grau e do Diretor da EESG "Leônidas do Amaral Vieira", onde faz o 2º grau, atestando sua boa conduta e o zelo que tem demonstrado pelos estudos que realiza.

2. APRECIÇÃO

2.1. Cabe registrar preliminarmente que a Deliberação CEE 24/88, invocada pela direção da Escola, conforme informações da interessada, diz respeito à idade mínima para matrícula inicial no Curso de Enfermagem, não se aplicando ao caso em tela. Tudo indica ter havido engano na citação da Deliberação CEE 25/88, que dá nova redação ao artigo 8º da Deliberação CEE 29/82, própria ao assunto.

2.2 Outra informação constante dos autos que causa apreensão é o atestado firmado pela direção da EESG "Leônidas do Amaral Vieira", que a nosso ver, descumpra a Deliberação CEE 30/87 e, em especial, a Resolução CFE nº 06/86.

2.3 O aspecto mais relevante da presente solicitação diz respeito à impossibilidade de ser conferido certificado para fins de prosseguimento de estudos aos alunos que frequentam cursos com duração de quatro séries, quando esses alunos terminam a 3ª série.

A possibilidade de ser expedido certificado para fins de prosseguimento de estudos era garantida pelo artigo 23 da Lei Federal 5692/71. Esse artigo, contudo, foi expressamente revogado pela Lei Federal 7044/82. A Deliberação CEE 29/82, em seu artigo 8º, também dava essa garantia. Porém, este artigo teve nova redação, dada pela Deliberação CEE 25/88, que apenas autoriza a expedição de certificado de conclusão de habilitação parcial, desde que mantidas as condições mínimas de organicidade e carga horária. Na mesma linha caminha a Deliberação CEE 35/88.

2.4 A Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério, pela sua estrutura, organização, especificidade e por não comportar habilitação parcial, está claramente impossibilitada de (inferir certificado de conclusão para fins de prosseguimento de estudos ao final da 3ª série.

2.5 A Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério está estruturada em quatro séries, por ter caráter de terminalidade e por visar a formação de profissionais para a área da educação que tenham a competência e a qualidade que a sociedade espera e exige.

2.6 O que se lamenta, no caso da aluna Luciana Maria de Moraes Junqueira, é o fato de que as alterações havidas na legislação não tenham sido comunicadas a ela e aos seus colegas pela direção da Escola onde estudam. Se isto tivesse acontecido, teria a requerente condições de se transfe-

rir para outro curso ou dar sequência ao curso que frequentava no período noturno. Infelizmente, este fato não conduz ao desrespeito à Lei Federal e às normas do Conselho Estadual do Educação que regem a matéria.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, nega-se o pedido da Luciana Maria de Moraes Junqueira no sentido de que seja determinado à EESG "Leônidas de Amaral Vieira" que expeça certificado de conclusão de estudos na 3ª série da Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério.

São Paulo, CEEG, em 21 de março de 1990.

a) Consº OCTÁVIO CÉSAR BORGHI
RELATOR

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Foram votos vencidos os Conselheiros: Francisco Aparecido Cordão, Melânia Dalla Torre, Raphaela Carrozzo Scardua e Sérgio Antônio Pereira Leite Salles Arcuri.

Absteve-se de votar o Conselheiro Nacim Walter Chieco.

Sala "Carlos Pasquale", em 11 de abril de 1990.

a) Consº Francisco Aparecido Cordão
Presidente